



ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos 26 dias do mês de junho de 2012, às 15h300, no Auditório da Agência Executiva de Gestão
2 das Águas do Estado da Paraíba – AESA, na Av. Epitácio Pessoa, 1457, 2º andar, Bairro dos
3 Estados, João Pessoa – PB, realizou-se a **27ª Reunião Ordinária do CERH**. Na ausência do
4 Presidente do CERH, a Reunião foi conduzida pelo Sr. Orlando Soares de Oliveira Filho,
5 Secretário executivo deste CERH, e contou com a presença dos seguintes Conselheiros: Renan
6 Germano Costa (Suplente SEPLAG), Marenilson Batista da Silva (Titular SEDAP), Maria
7 Hylda de Lourdes de Lucena Batista (Suplente SES), Ana Emília Duarte B. Paiva (Suplente
8 AESA), Andrea Ferreira Fidele (Titular SUDEMA), Osvaldo José Guerra Guimarães (Titular
9 AGEVISA), Erasmo Rocha Lucena (Titular EMATER), José João Correia de Oliveira (Suplente
10 CDRM), Ronilson José da Paz (Titular IBAMA), João Bosco Vieira Marinho (Titular FAMUP),
11 Everaldo Pinheiro do Egypto (Titular CAGEPA), Edmundo Coelho Barbosa Coelho Barbosa
12 (Titular SINDALCOOL), Janiro Costa Rego (Titular UFCG), Beatriz Susana Ovruski de
13 Ceballos (Suplente UEPB), Maria Edelcides de Vasconcelos (Suplente ABRH), Ana Cláudia F.
14 Medeiros Braga (Titular ABES), Ulysmar Curvelo Cavalcanti (Titular CBH-PB), Cogésio de
15 Jesus Nascimento (Titular CBH-LS) e Porfírio Catão Cartaxo Loureiro (Titular CBH-PA).
16 Também estiveram presentes as Suplentes: Tânia Maia Vasconcelos de Almeida (CAGEPA) e
17 Maria do Socorro Mendes Rosa (CBH-LS). O Secretário Executivo, tendo verificado o quorum
18 necessário, declarou abertos os trabalhos com a seguinte pauta: **1) Aprovação da Ata da 26ª**
19 **Reunião Ordinária; 2) Apresentação sobre “O uso das cianobactérias como fonte alternativa de**
20 **energia” – Prof. Roberto Sassi/UFPB; 3) Apresentação da situação de estiagem no Estado e**
21 **recomendação de tratamento diferenciado para a perfuração, recuperação e regularização de**
22 **poços e outorga nos municípios que constem dos Decretos nº 32.935, de 08 de maio e nº 32.984,**
23 **de 28 de maio de 2012; e 4) Informes. Inicialmente o Presidente da AESA e Secretário**
24 **Executivo do CERH agradeceu a presença de todos e justificou a ausência do Presidente do**
25 **CERH, Dr. João Azevedo Filho, bem como a impossibilidade do Prof. Roberto Sassi**
26 **comparecer a reunião para proferir a sua palestra. Dando início ao item 01, a Ata da 26ª reunião**
27 **foi submetida à apreciação e com algumas correções quanto à redação, foi aprovada na íntegra.**
28 **Dando prosseguimento, o Sr. Orlando Soares, fez uma apresentação das ações desenvolvidas**
29 **pelo Comitê Integrado de Combate à Estiagem na Paraíba, que tem como objetivo coordenar e**
30 **avaliar as execuções das ações públicas para combate aos efeitos da seca no Estado. Informou a**
31 **respeito de ajuda que os produtores estão recebendo para a renegociação de suas dívidas, o**
32 **crédito diferenciado para a região semiárida, e auxílio alimentação para os animais. Para isso**
33 **está sendo feita uma campanha de esclarecimento à população sobre a gravidade da situação e**
34 **importância social no enfrentamento do desastre, além dos recursos federais que virão para**
35 **ajudar a população a sanar problemas em decorrência da falta de chuva. Destacou que a AESA**
36 **coordena um Grupo de Trabalho juntamente com o DNOCS, CDRM, CAGEPA e EMATER,**
37 **tendo como atribuições o mapeamento e identificação dos poços existentes, ativação de poços**
38 **viáveis, manutenção de cisternas e de açudes e localização georeferenciada de mananciais**
39 **viáveis, e auxiliando na divulgação das ações do Comitê. Concluiu sua apresentação com os**
40 **seguintes dados: número de municípios que solicitaram reconhecimento da Situação de**
41 **Emergência ou que se encontra em Estado de Calamidade Pública: 195; poluição afetada –**
42 **709.150; municípios em Situação Emergencial reconhecida pelo governo federal - 195;**



ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

43 municípios atendidos pela operação carro pipa – 101; população beneficiada pela Operação
44 Carro Pipa – 280.425; números de poços no Estado – 13.000; e número de poços a serem
45 reativados – 1.013. Em seguida, o Sr. Bosco (FAMUP) ratificou as informações apresentadas
46 pelo Sr. Orlando Soares, informando que o Comitê da Estiagem foi criado através de Decreto,
47 sendo composto por representantes dos diversos segmentos da sociedade, tais como: poder
48 executivo, poder legislativo, representante do Ministério Público, igrejas, FAMUP, dentre
49 outros. Em seguida, o Sr. Everaldo do Egypto (CAGEPA) indagou sobre a situação da
50 qualidade da água. O Sr. Porfirio Catão Cartaxo (Diretor Acompanhamento e Controle/AESA)
51 respondeu que a água utilizada é da CAGEPA, de acordo com requisitos sugeridos pelo
52 Exército. Em seguida, o Sr. Orlando Soares informou que a Ordem dos Advogados do Brasil,
53 Seccional Paraíba (OAB-PB) em parceria com o Comitê pela Vida e outras associações estão
54 lançando a Campanha: Água Fonte de Vida, com o objetivo de arrecadar 50 mil litros de água
55 potável para serem doados a população carente de diversas cidades da Paraíba, assoladas pelo
56 flagelo da seca. Dando prosseguimento, a Sra. Maria do Socorro Mendes Rosa fez a
57 apresentação de minuta de Resolução elaborada pela AESA encaminhando para Casa Civil
58 proposta de Decreto que dá nova redação e acrescenta dispositivos aos Decretos nº 32.935, de
59 07 de maio de 2012 e nº 32.984, de 28 de maio de 2012, que declaram situação de emergência,
60 nas áreas dos municípios que especificam afetadas por estiagens, e dá outras providências. Após
61 a apresentação, a Sra Ana Emília Duarte Paiva (AESAs), expôs a situação da Gerência de
62 Outorga e Licença de Obras Hídricas, a de que, com a situação da estiagem enfrentada pela
63 maioria dos municípios paraibanos, está havendo uma demanda por requerimentos de licença
64 para poços e outorga pelo uso dos recursos hídricos. Por isto, a AESA está apresentando uma
65 proposta com o objetivo de agilizar os procedimentos administrativos para emissão de outorga
66 de direito de recursos hídricos e licença para obra hídrica em poços amazonas ou tubular nos
67 municípios afetados pela estiagem, relacionados nos Decretos nº 32.935, de 07 de maio de 2012
68 e nº 32.984, de 28 de maio de 2012, e dá outras providências. Em seguida, o Sr. Ronilson José
69 da Paz (IBAMA) questionou sobre a dispensa da titularidade da propriedade. No entanto, o Sr.
70 Edmundo Coelho Barbosa (SINDALCOOL) lembrou que o momento e a situação são de
71 emergência e, portanto, urgência, por isto, deve-se facilitar a vida dos que estão nos municípios
72 afetados pela estiagem, opinião compartilhada pelos demais Conselheiros. Em seguida, o Prof.
73 Janiro Costa (UFCG) disse que a recuperação de poços pode ser mais onerosa do que perfurar
74 novos poços. O Sr. José João Correia de Oliveira (CDRM) informou que existem no Estado
75 aproximadamente 6 (seis) mil poços particulares desativados e 3 (três) mil públicos. Em
76 seguida, o Sr. Edmundo Coelho Barbosa (SINDALCOOL) questionou sobre um grande número
77 de municípios em estado de emergência no Estado. O Sr. João Bosco (FAMUP) explicou que os
78 critérios são feitos mediante uma avaliação, citando como exemplo a perda de safra e índices
79 pluviométricos. Em seguida, o Sr. Janiro Costa indagou sobre o funcionamento das outorgas
80 pelo uso de água no estado de emergência, lembrando que se deve ter um cuidado especial, com
81 rigores nas análise dos poços, junto a CDRM. Mesmo já tendo sido apresentado, a Sra. Ana
82 Emília (AESAs) novamente faz a leitura do §3º que discorre "A AESA emitirá licenças e/ou
83 outorgas provisórias, para atender os casos especiais e definirá prazos para a regulamentação da
84 documentação aludida no *caput* do parágrafo anterior, até que cesse a situação de emergência



ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

85 declarada.” Ela lembra ainda que a ideia inicial seria a outorga apenas para poços, mas o
86 Secretário de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, Sr. João Lins e representantes do Comitê da
87 Estiagem sugeriram também a inclusão do sistema de abastecimento de água coletivo para
88 comunidades rurais, inseridos nos municípios decretados, ou seja, esta é também a proposta da
89 AESA, diante da realidade atual. O Sr. Janiro Costa alertou que quanto mais seguro o
90 procedimento, melhor. Em seguida o Sr. Orlando Soares informou que a CDRM é bem
91 criteriosa nos aspectos técnicos e certamente passará dados de poços para a AESA. Em seguida
92 a Sra. Ana Emília informou que a preocupação hoje na celeridade dos tramites administrativos
93 de outorga e/ou licença para poços se dá principalmente no âmbito das prefeituras, já que a
94 captação de recursos pelas mesmas está condicionada à existência desta documentação. O Sr.
95 Ronilson da Paz (IBAMA) alertou sobre a possibilidade desta situação levar a um colapso
96 hídrico com o aumento da demanda. Contudo, o Prof. Janiro Costa esclareceu que a retirada de
97 água de poços em região de cristalino não leva a esse impacto e que a outorga em certos casos
98 deve estar vinculada ao CDRM. Em seguida a Sra. Andrea Ferreira Fidele (SUDEMA) indagou
99 se as licenças tinham prazo. A Sra. Ana Emília respondeu que não cabe prazo em licença de
100 obra hídrica, mas sim na outorga pelo uso da água, que é de 01 ano, sendo ser revista a cada
101 renovação pela AESA. Ainda com relação à situação emergencial enfrentada por vários
102 municípios do Estado, o Sr. Edmundo Coelho Barbosa Barbosa (SINDALCOOL) lembrou que
103 o CERH deve ter um mais olhar crítico, com mais rigidez no acompanhamento da perfuração de
104 poços no Estado. O Sr. João Bosco (FAMUP) salientou que a situação emergencial foi
105 determinada porque houve perda na safra, diagnosticada pela EMATER, além dos índices
106 pluviométricos observados, e que o governo federal, através da Secretaria da Agricultura
107 Familiar do Ministério do Desenvolvimento criou o Seguro Safra que autorizará o pagamento
108 do Garantia Safra para alguns municípios. Após ampla discussão o Plenário aprovou a minuta
109 dos documentos. **Informes finais:** O Sr. Janiro Costa (UFCG) requereu que se constasse em ata
110 sua preocupação com relação ao Açude Boqueirão. Ele informou que em 1999 a cidade de
111 Campina Grande vivenciou uma grande crise relacionada à gestão inadequada dos recursos
112 hídricos, pois os diversos usos na época provocaram um colapso hídrico na cidade. Na época foi
113 ajuizada uma Ação Civil Pública, prolatada em 2005, constando na sentença que o açude
114 necessitaria de uma boa gestão, o que não ocorreu em sua plenitude, em decorrência de conflitos
115 entre órgãos federal e estadual. Desta forma, os irrigantes retomaram suas atividades de maneira
116 desenfreada, alcançando valores enormes. Disse ainda que o açude necessita de um manejo
117 adequado. Devido à importância do tema, sugeriu-se que uma discussão mais detalhada em
118 outro momento, podendo ser inclusive pauta de reunião, o que foi acatado pelo Prof. Janiro
119 Costa. Em seguida, a Sra. Andrea Fideles (SUDEMA) lembrou sobre o Programa Rede de
120 Monitoramento de Qualidade ligada a Agência Nacional de Águas (ANA), que tem como
121 objetivo orientar as políticas públicas para recuperação da qualidade ambiental em rios e
122 reservatório, e que está previsto verba para instalação de 12 laboratórios, o que ajudará a sanar
123 problemas relacionados à poluição hídrica no Estado. Nada mais havendo a tratar foram
124 encerrados os trabalhos. O Sr. Orlando Soares, que presidiu esta Reunião agradeceu a presença
125 de todos e declarou encerrada a 27ª Reunião Ordinária. Esta Ata foi Lavrada por mim, Maria do
126 Socorro Mendes Rosa, e segue para assinatura de todos os Conselheiros presentes à Reunião.

**ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

127

João Azevedo Lins Filho Presidente do CERH	Orlando Soares de Oliveira Filho Secretário Executivo do CERH
Gustavo Maurício Filgueiras Nogueira Titular SEPLAG	Renan Germano Costa Suplente SEPLAG
Col. José Walber Rufino Tavares Titular SEIE	Reinaldo Bastos Correia Lima Suplente SEIE
Marenilson Batista da Silva Titular SEDAP	Rômulo Araújo Montenegro Suplente SEDAP
Djanira Lucena de Araújo Machado Titular SES	Maria Hylda de Lourdes de Lucena Batista Suplente SES
Francisco Lopes Titular AESA	Ana Emília Duarte B Paiva Suplente AESA
Andrea Ferreira Fidele Titular SUDEMA	Francisco Aurélio Cavalcanti de Carvalho Suplente SUDEMA
Oswaldo José Guerra Guimarães Titular AGEVISA	Márcio Fernando Ducat Suplente AGEVISA
Erasmus Rocha Lucena Titular EMATER	José Marinho de Lima Suplente EMATER
Geraldo Nobre Cavalcante Titular CDRM	José João Correia de Oliveira Suplente CDRM
Maria de Lourdes B. de Sousa Titular DNOCS	Paulo Vinícius Araújo de Medeiros Suplente DNOCS
Ronilson José da Paz Titular IBAMA	Rodrigo Dutra Escarião Suplente IBAMA
João Bosco Vieira Marinho Titular FAMUP	Anderson Pereira Urtiga Suplente FAMUP
Everaldo Pinheiro do Egypto Titular CAGEPA	Tânia Maia Vasconcelos de Almeida Suplente CAGEPA
José Irenaldo Jordão Quintans Titular FIEP	José William Montenegro Leal Suplente FIEP
Mário Antônio Pereira Borba	Domingo Lelis Filho

**ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Titular FAEPA	Suplente FAEPA
Pedro Jorge Coutinho Guerra Titular ASPLAN	Jucelino Marques Tavares Suplente ASPLAN
Edmundo Coelho Barbosa Coelho Barbosa Titular SINDALCOOL	Fábio Andrade Medeiros Suplente SINDALCOOL
Laudelino de Araújo Pedrosa Filho Titular UFPB	Alexandre José Alves Suplente UFPB
Janiro Costa Rego Titular UFCG	José Dantas Neto Suplente UFCG
José Etham de Lucena Barbosa Titular UEPB	Beatriz Susana Ovruski de Ceballos Suplente UEPB
Alain Marie Passerat de Silans Titular ABRH	Maria Edelcides de Vasconcelos Suplente ABRH
Ana Cláudia F. Medeiros Braga Titular ABES	José Reinolds Cardoso Melo Suplente ABES
Ulysmar Curvelo Cavalcanti Titular CBH-PB	Tânia Maria de Andrade Suplente CBH-PB
Cogésio de Jesus Nascimento Titular CBH-LS	Maria do Socorro Mendes Rosa Suplente CBH-LS
Carlos Antônio Belamino Alves Titular CBH-LN	Carlos Henrique de A. Farias Suplente CBH-LN
Porfírio Catão Cartaxo Loureiro Titular CBH-PA	Lovânia Maria Werlang Suplente CBH-PA